

PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES DO SISTEMA PRISIONAL: ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Ulicéia Monteiro Carvalho da Silva¹
Hendyara Oliveira Carvalho Almeida²

Enfermagem



cadernos de
graduação

ciências biológicas e da saúde

ISSN IMPRESSO 1980-1769

ISSN ELETRÔNICO 2316-3151

RESUMO

Introdução: O sistema prisional é considerado um problema de saúde pública no mundo, sendo que o hiperencarceramento, as condições insalubres e principalmente os comportamentos de risco, são fatores que contribuem para a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis. As mulheres do sistema carcerário são as mais vulneráveis, necessitam de informações e atividades educativas para promover a saúde. **Objetivo:** Identificar a importância das ações de enfermagem na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) nas penitenciárias femininas. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, descritivo, observacional, realizado através de uma síntese dos dados científicos e parecer sobre o tema apresentado. Foram encontrados textos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e selecionados nas bases LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde), MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), BDEF (Base de Dados de Enfermagem) e SciELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online). **Resultados e discussões:** A escassez de estratégias de promoção, aliada a condição de vulnerabilidade e comportamentos de risco, estão associadas à prevalência de IST. A disseminação dessa infecção é potencializada, pois o uso do preservativo durante as relações sexuais não é uma constante. Ações educativas ampliam as possibilidades de prevenção, dando autonomia e responsabilidade pela própria saúde. As ações de enfermagem, através de estratégias de promoção da saúde, inseridas no ambiente carcerário, contribuem para a redução de agravos à saúde da mulher. **Conclusão:** O profissional de enfermagem, parte essencial da equipe de saúde, deve garantir essa assistência de forma humanizada, com ações de conscientização sobre a forma de transmissão e propagação, e principalmente auxiliar na prevenção de infecções futuras.

PALAVRAS-CHAVE

Doenças Sexualmente Transmissíveis, Prisões, Enfermagem.

ABSTRACT

Introduction: The prison system is considered a public health problem in the world, and hypercarceration, unhealthy conditions and especially risky behaviors, are factors that contribute to the spread of sexually transmitted infections. Women in the prison system are the most vulnerable, they need information and educational activities to promote health. **Objective:** To identify the importance of nursing actions in the prevention of sexually transmitted infection (STI) in female prisons. **Methodology:** This is an integrative literature review, descriptive, observational study, carried out through a synthesis of scientific data and an opinion on the topic presented. Texts found in the Virtual Health Library (VHL) database were found, and selected in the LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Social and Health Sciences) databases, MEDLINE (Online Medical Literature Search and Analysis System), BDNF (Nursing Database) and SciELO (Online Scientific Electronic Library). **Results and discussion:** The scarcity of promotion strategies, combined with the condition of vulnerability and risky behaviors, are associated with the prevalence of STIs. The spread of this infection is enhanced, as the use of condoms during sexual intercourse is not a constant. Educational actions expand the possibilities of prevention, giving autonomy and responsibility for one's own health. Nursing actions, through health promotion strategies, inserted in the prison environment, contribute to the reduction of health problems for women. **Conclusion:** The nursing professional, an essential part of the health team, must guarantee this assistance in a humanized way, with actions to raise awareness about the form of transmission and spread, and especially to help prevent future infections.

KEYWORDS

Sexually Transmitted Diseases, Prisons, Nursing.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país com altos índices de encarceramento, com um total 748.009 presos, segundo dados do Infopen de julho a dezembro (2019), dividindo espaços precários e insalubres, os quais favorecem a alta incidência de agravos à saúde. A população feminina, nessas condições, está mais suscetível a enfermidades, entre elas as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), pois dentro do sistema prisional os comportamentos de risco, como por exemplo, práticas sexuais desprotegidas, o compartilhamento de objetos perfurocortantes, além da história pregressa de

promiscuidade, propiciam uma ameaça adicional para o desenvolvimento de infecções (SILVA *et al.*, 2018).

As IST são consideradas como um dos problemas de saúde pública mais comuns e transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual sem o uso do preservativo, com uma pessoa infectada. Em relação a população carcerária feminina, o crescente número dessas infecções se deve ao baixo grau de instrução e manutenção dos comportamentos de risco, como o uso incomum de preservativos durante as relações sexuais, sendo o consumo de drogas a principal barreira para a manutenção de práticas seguras (FERNANDES *et al.*, 2016). O histórico de comportamento sexual sem proteção antes do cárcere torna essa mulher ainda mais vulnerável, visto que muitas declararam não se protegerem quando estavam em liberdade e, ao adentrarem no conjunto penal, a probabilidade de já estarem contaminadas com alguma IST é muito alta (SANTOS *et al.*, 2017).

No entanto, os exames admissionais realizados nos presídios constituem uma importante oportunidade de diagnóstico precoce dessas infecções, que em alguns casos são assintomáticas, e, por desconhecerem o real significado deste diagnóstico, muitas dessas mulheres são alvo de preconceitos, além de apresentarem conflitos emocionais, com sentimentos de ansiedade, baixa autoestima e culpa (FERNANDES *et al.*, 2016).

Vale ressaltar, que o acesso à saúde pelas pessoas privadas de liberdade é um direito constitucional, contudo, a efetivação desse direito não é uma realidade. Além disso, as condições precárias do confinamento contribuem para a instauração e disseminação de doenças, entre elas as IST, prevalentes nessas mulheres. Diferentemente do modelo de saúde curativista que predominou por décadas no Brasil e que não gerou impacto positivo no processo saúde-doença, a assistência de enfermagem visa o cuidado integral do indivíduo, focada em ações de prevenção de agravos e na melhoria da qualidade de vida (BATISTA; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2019).

Diante dos aspectos apresentados, a relevância do estudo justifica-se a partir da necessidade de identificar a importância da enfermagem, por meio de ações de educação e promoção da saúde, na prevenção desses agravos à população carcerária feminina.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar, por meio de estudos científicos, a importância da assistência de enfermagem na prevenção de IST nas penitenciárias femininas, bem como apontar os fatores de risco para IST em mulheres privadas de liberdade e discorrer sobre a atuação do enfermeiro na promoção da saúde nesse contexto.

2 METODOLOGIA

Estudo de revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva, observacional, realizado por meio de uma síntese dos dados científicos e análise crítica sobre o tema proposto. Diferentes delineamentos de pesquisa são incorporados a esse método de investigação, a fim de obter conhecimento aprofundado sobre o assunto e a síntese dos resultados são utilizadas para atualização e aplicação na prática clínica, aperfeiçoando a prestação de cuidados (SOUSA *et al.*, 2017). Tem início com a identificação do

tema e formulação da hipótese, estabelecimentos de critérios de inclusão e exclusão, organização e sumarização das informações, apreciação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados obtidos e, ao final, apresentação da revisão.

Para nortear a condução da revisão foi delineada a seguinte pergunta: Qual a importância das ações de enfermagem na prevenção de IST nas penitenciárias femininas? Foi realizado um levantamento bibliográfico entre os meses de fevereiro e abril de 2020 por meio da consulta a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas fontes de informação de Ciências da Saúde em Geral composta pelas bases LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências Sociais e da Saúde), MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), nas bases de dados da BDEF (Base de Dados de Enfermagem) e SciELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online).

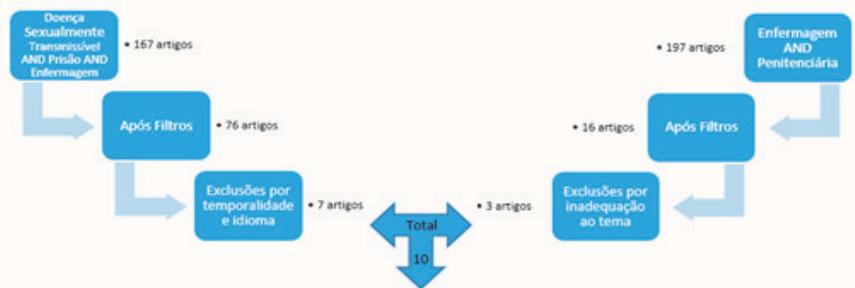
Os critérios de inclusão foram: artigos completos científicos indexados em periódicos nacionais publicados em português, no período de 2015 a 2020, que contemplassem a ação do enfermeiro na prevenção de IST de mulheres em situação de cárcere. Os critérios de exclusão associaram pesquisas que não contemplaram o escopo deste estudo, cartilhas, teses, duplicados nas bases de dados e que não apresentaram texto completo. Os descritores utilizados para as buscas foram Doenças Sexualmente Transmissíveis AND Prisões, e Enfermagem AND Penitenciária, a fim de conter ambos os assuntos.

Os artigos selecionados para a pesquisa foram avaliados e inseridos em um instrumento de coleta de dados onde foram inseridos o título, autores, revista, ano, tipo de estudo e objeto de análise. Em seguida, com base na avaliação das principais abordagens dos artigos, foi realizada a discussão da temática.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, a mesma obedeceu aos critérios fundamentados nas normas da ABNT 10.520 e 6023, onde se garantiu o cumprimento necessário para realização de citações e referências.

3 RESULTADOS

Foram encontrados, utilizando os descritores Doença Sexualmente Transmissível AND Prisão e Enfermagem, 167 trabalhos publicados. Após utilização de filtros como texto completo disponível, Base de dados LILACS, MEDLINE e BDEF, e assuntos principais: DST, prisão, Saúde da mulher, Promoção da saúde, Educação em Saúde e Enfermagem, foram totalizados 76 artigos. Desses, 62 foram excluídos, pois o idioma não era português, e 7 excluídos por não fazerem parte da delimitação temporal. Com a utilização dos descritores Enfermagem AND Penitenciária, foram encontradas 197 publicações com texto completo, nas Bases de dados MEDLINE, LILACS e BDEF, e, após seleção de Saúde da Mulher como assunto principal, ficaram disponíveis 16 trabalhos. Desses, apenas 3 foram selecionados de acordo com o tema proposto. Considerando os artigos selecionados, referentes a cada descritor, foram totalizados 10 artigos, conforme demonstra figura abaixo.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção de artigos para este estudo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

O estudo mantém ênfase na importância e atuação dos enfermeiros no sistema carcerário, com medidas preventivas que visem garantir a minimização das IST na população carcerária feminina, bem como identificar os fatores de risco na população estudada. Dessa forma, foram destacados o objeto de análise de cada artigo científico, sendo sistematizado o título do trabalho, autores e ano de publicação, tipo de estudo e ideia central, conforme demonstra Quadro abaixo.

Quadro 1 – Classificação dos artigos segundo caracterização do autor, revista, título e ideia central

Título do trabalho	Autores	Ano de publicação	Tipo de estudo	Ideia central
Vulnerabilidade para IST/aids em mulheres encarceradas.	LÔBO, M. P.	2019	Pesquisa qualitativa de natureza descritiva e exploratória	Analisar as dimensões de vulnerabilidade às IST/aids das mulheres encarceradas, considerando suas condutas sexuais.
Infecções sexualmente transmissíveis e as vivências de mulheres em situação de reclusão	FERNANDES, M. A., <i>et al.</i>	2016	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa	Conhecer os riscos que caracterizam as detentas como um grupo susceptível a ISTs, revelar as reações frente ao diagnóstico e discutir a importância do aconselhamento em saúde.
Adolescentes em conflito com a lei e a vulnerabilidade para IST/HIV/AIDS: conhecimentos e vivências	SILVA, S. P. C. <i>et.</i>	2018	Estudo de natureza descritiva e abordagem qualitativa	Compreender conhecimentos e vivências de jovens em conflitos com a lei em um Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco acerca da vulnerabilidade para IST/HIV/Aids

Título do trabalho	Autores	Ano de publicação	Tipo de estudo	Ideia central
Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados	SILVA, P. A. S. et al.	2018	Estudo transversal.	Investigar a prevalência de sífilis e seus fatores associados em mulheres egressas do sistema prisional.
Câncer de colo uterino e infecção sexualmente	XAVIER, L. D. A. et al.	2017	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa.	Investigar a percepção de mulheres reeducandas quanto à prevenção do câncer do colo do útero e infecções sexualmente transmissíveis.
Perfil sexual de presidiárias	BARROS, M. A. R.; NASCIMENTO, M. L.; GALIZA, D. D. F.	2017	Estudo quantitativo, descritivo, transversal.	Identificar o perfil sexual de presidiárias.
Hiv/aids e demais infecções sexualmente transmissíveis em população carcerária brasileira: uma revisão sistemática	BEZERRA, A.T. A. F.	2015	Revisão sistemática.	Sumarizar os resultados de pesquisas realizadas no Brasil sobre a prevalência do HIV/AIDS e demais IST entre população carcerária feminina.
Reflexões sobre a assistência em Enfermagem à mulher encarcerada: Um estudo de revisão integrativa.	SOUZA, G. C.; CABRAL, K. D. S.; LEITE-SALGUEIRO, C. D. BB	2018	Revisão integrativa da literatura.	Analisar na literatura, as ações de Educação e Promoção à Saúde da Mulher praticada pela enfermagem, para mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, no período de pré-natal, parto e puerpério.

Título do trabalho	Autores	Ano de publicação	Tipo de estudo	Ideia central
Teses e dissertações da enfermagem brasileira sobre saúde da mulher no sistema prisional	MEDEIROS, A. B. <i>et al.</i>	2019	Estudo Bibliométrico.	Caracterizar a produção brasileira de teses e dissertações em enfermagem sobre a saúde de mulheres no sistema prisional.
A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro	SANTOS, M. V. <i>et al.</i>	2017	Estudo descritivo, abordagem qualitativa.	Identificar fatores que interferem na saúde física de mulheres encarceradas numa instituição prisional no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

4 DISCUSSÃO

A precariedade das condições carcerárias favorece a disseminação de infecções sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, a análise literária permitiu identificar os comportamentos que aumentam a vulnerabilidade nessas mulheres. Barros, Nascimento e Galiza (2017), ao avaliarem o perfil sexual de presidiárias, observaram que a maioria iniciou a vida sexual ainda na adolescência. Silva e outros autores (2018) ratificaram esse pensamento e acrescentaram, ainda, que essa iniciação sexual precoce contribui para a aquisição de infecções sexualmente transmissíveis, pois há um desconhecimento sobre o tema, aliado a falta de interesse em buscar informações. Isso dificulta ainda mais o diagnóstico, uma vez que na maioria das mulheres essa infecção é assintomática, contribuindo para um aumento da transmissão vertical, além de complicações como câncer e doença inflamatória.

Em relação ao uso do preservativo, os achados evidenciaram que o uso inconsistente é determinante para o aumento da transmissibilidade. O estudo de Silva, Guisande e Cardoso (2018) identificou que 67,4%, dos 43 jovens privados de liberdade, não utilizaram preservativos nas práticas sexuais, independente do número de parceiros (as).

A presença de parceiro fixo constitui um dos fatores para o não uso do preservativo, o que não significa que estão livre de infecções. As mulheres casadas ou em união estável, de acordo com Silva e outros autores (2018), representam a maior ocorrência de infecção. Fernandes e outros autores (2016) afirmam que esse falso sentimento de segurança relacionado a união estável coloca em risco a saúde sexual

das mulheres, já que a falta de conhecimento sobre os comportamentos do parceiro, aliada a não utilização das medidas de proteção, coloca a mulher em situação de vulnerabilidade. Barros, Nascimento e Galiza (2017), evidenciaram, por meio do perfil de mulheres reclusas em duas penitenciárias, que, de uma amostra total de 47 mulheres, 53,2% afirmaram ter um parceiro estável e que independentemente desse tipo de parceria, a incidência de infecções sexualmente transmissíveis não diminuiu.

Lôbo (2019) destaca em seu estudo que, apesar das mulheres encarceradas terem noção dos riscos quanto ao sexo desprotegido, a prática do uso do preservativo não é uma constante. Denota também que o uso de drogas não motivou as práticas sexuais inseguras, o que aumenta a probabilidade dessas práticas serem realizadas de uma forma mais segura devido ao número de mulheres reclusas que utilizam drogas ilícitas. Diferentemente desse estudo, Fernandes e outros autores (2016) constatou que o consumo de drogas ilícitas é um comportamento de risco assumido pelas participantes do estudo e que o consumo de drogas é a principal barreira para a manutenção de práticas sexuais seguras em mulheres reclusas.

Os achados na pesquisa descritiva de Fernandes e outros autores (2016) constatarem que a maioria das entrevistadas recebeu o diagnóstico de IST durante a admissão na penitenciária, provando que os exames admissionais são uma oportunidade para detecção precoce de morbidades e acompanhamento por parte de uma equipe multidisciplinar. Bezerra (2015) e Barros, Nascimento e Galiza (2017) concluíram que as mulheres do sistema prisional estão mais acessíveis aos trabalhos de educação em saúde, realizados principalmente pelos enfermeiros, o que facilita a promoção de um comportamento seguro, minimizando os riscos à saúde, prevenindo infecções futuras.

A enfermagem, por meio de uma assistência qualificada e focada nas necessidades dessa população, tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade, por medidas de educação em saúde, pautadas na comunicação, na troca de saberes e na escuta ativa (SOUSA, 2019).

Destarte, a prestação do cuidado nessa população deve ser equânime, integral e humanizada, direcionada de forma a recuperar, manter e principalmente promover a saúde. As estratégias de educação em saúde devem ser implantadas após o diagnóstico de enfermagem, onde serão identificadas as necessidades das pacientes, ressaltando a importância da triagem e da escuta como instrumentos fundamentais para traçar a implementação do plano de cuidados.

Fernandes e outros autores (2016) ressaltam a importância da equipe de enfermagem ao oferecer suporte emocional, por meio do aconselhamento sobre as opções de tratamento e orientações sobre prevenção de infecções futuras. Esse pensamento é reforçado por Souza e outros autores (2018), destacando que, estas, são ações vitais e devem ser executadas em qualquer período da vida.

Nesse interim, a educação em saúde é uma das principais ferramentas utilizadas pelo enfermeiro na promoção da saúde, pois possibilita a compreensão e aquisição de saberes e práticas para o autocuidado. Por meio da roda de conversa, um método de diálogo que favorece a troca de experiências, é possível discutir sobre os sinais de alerta das IST, como dor durante o ato sexual, erupção com prurido e drenagem vaginal anormal.

Dessa forma, orientar essa população em relação às medidas de prevenção, esclarecer dúvidas e, principalmente ratificar a importância do uso correto e frequente do preservativo durante as relações sexuais, por meio de uma linguagem simples e acessível, é fundamental no processo de atendimento (DIAS *et al.*, 2018).

Outras intervenções efetivas são as palestras e oficinas sobre IST, que também proporcionam uma compreensão acerca da doença, pois valorizam o acolhimento, despertando a consciência sobre o cuidado, o que contribui diretamente para a manutenção da saúde. Essas metodologias participativas promovem uma maior adesão, estimula o pensamento crítico e são resolutivas (SILVA, 2018).

Nesse contexto, é fundamental que o profissional de enfermagem, ao atuar como facilitador de aprendizagem, assegure a essas mulheres um acompanhamento eficaz, seguro e com menor constrangimento. A integração das participantes e a troca de vivências retratam as diversas formas com que cada uma delas enfrenta a mesma situação, ampliando a experiência das integrantes. Com isso, o saber técnico-científico exerce interação com o saber popular, possibilitando uma construção compartilhada do conhecimento. Esse modelo dialógico valoriza essas mulheres enquanto portadoras de saberes construídos, promovendo a construção e reconstrução de novos conhecimentos (SOBRAL, 2016).

Para Barros, Nascimento e Galiza (2017) e Bezerra (2015), o sistema carcerário é carente dessas ações preventivas e essa falha contribui de forma negativa na qualidade de vida das detentas. Um exemplo disso é o não estímulo ao uso do preservativo nas relações sexuais, sustentado também no estudo de Lobo (2019).

Dessa forma, a partir de práticas educativas direcionadas a promoção da saúde e a prevenção das IST, essas mulheres aprendem a desenvolver o autocuidado, modificando suas realidades de forma consciente e intencional, por meio da aquisição de novas práticas, tornando-as independentes e responsáveis por seus cuidados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais características destacadas nos estudos foi a utilização inconsistente do preservativo como proteção contra as IST. As orientações adequadas para o uso correto e regular do preservativo devem fazer parte da abordagem, o que amplia as possibilidades de evitar o contágio nas mulheres, já que é um instrumento importante na prevenção dessas doenças.

A enfermagem, ao contemplar ações de promoção da saúde no ambiente prisional, favorece a aquisição de práticas seguras que minimizam a vulnerabilidade às IST entre as mulheres, visto que esses profissionais promovem ações integrais e humanizadas, pautadas no aconselhamento e reconstrução de saberes, visando o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade no cuidado com a saúde. Contudo, faz-se necessário que essas intervenções, de natureza educativa, sejam incorporadas à rotina do ambiente, visto que a desinformação, sobre práticas seguras e benéficas, é considerada um fator de risco relevante, e que os futuros estudos contribuam de forma expressiva e decisiva na conscientização das mulheres privadas de liberdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. *et al.* Ações de enfermagem para as pessoas privadas de liberdade: uma scoping review. **Escola Anna Nery**, v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v23n3/pt_1414-8145-ean-23-03-e20190098.pdf Acesso em: 26 fev. 2020.

BARROS, M. A. R.; NASCIMENTO, M. L.; GALIZA, D. D. F. Perfil sexual de presidiárias. **Rev. enferm. UFPE**, v. 11, n. 10, p. 3830-3835, out., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13382/24304> Acesso em: 24 fev. 2020.

BATISTA, M. A.; ARAÚJO, J. L.; NASCIMENTO, E. G. C. Assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade provisória: análise da efetividade do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 23, n. 2, p. 71-80, maio/ago. 2019.

BEZERRA, A. T. A. F. **Hiv/aids e demais infecções sexualmente transmissíveis em população carcerária brasileira: uma revisão sistemática.** 2015. 82 p. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Teresina, 2015.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN.** Período de julho a dezembro de 2019. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmMmMzYtODAzMC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017.** Organização Márcio Vinícius Moura. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/re-latorios-sinteticos/infopen-jun-2017- rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres.** Organização Thandara Santos. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDP). **Atenção integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).** Brasília, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atenc_ao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf Acesso em: 17 mar. 2020.

DIAS, E. S. M. *et al.* Roda de conversa como estratégia de educação em saúde para a enfermagem. **Rev. Fund. Care Online**, v. 10, n. 2, p. 379-384, 2018. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6053/pdf_1 Acesso em 12 de julho de 2020.

FERNANDES, M. A. *et al.* Infecções sexualmente transmissíveis e as vivências de mulheres em situação de reclusão. **Rev. Enferm. UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2016.

LERMEN, H. S. *et al.* Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 905-924, 2015.

LÔBO, M. P. **Vulnerabilidade para IST/AIDS em mulheres encarceradas**. 2019. 175 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=16929. Acesso em: 13 mar. 2020.

MEDEIROS, A. B. *et al.* Teses e dissertações da enfermagem brasileira sobre saúde da mulher no sistema prisional. **Rev Rene**, v. 20, e41752, 2019. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/rene/v20/1517-3852-rene-20-e41752.pdf> Acesso em: 17 mar. 2020.

OLIVEIRA, K. R. V. *et al.* Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situações de cárcere. **Rev. Bras. Enferm**, v. 72, n. 3, p. 95-102, 2019.

SANTOS, M. V. *et al.* A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v21n2/1414-8145-ean-21-02-e20170033.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SCHULTZ, A. L. V. *et al.* Saúde no sistema prisional: um estudo sobre a legislação brasileira. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 92-107, maio/ago. 2017.

SILVA, E. M. **Promoção da saúde: o autocuidado no contexto de grupos de pessoas que vivem com doenças crônicas não transmissíveis**. 2018. 93 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9477/1/Erika%20Monteiro%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 11 jul. 2020.

SILVA, J. N. *et al.* Impactos do diagnóstico da infecção sexualmente transmissível na vida da mulher. **Enferm. Foco**, v. 9, n. 2, p. 23-27, 2018.

SILVA, P. A. S. *et al.* Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados. **Rev. Rene**, v. 19, e 3321, jan./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/32669/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SILVA, S. P. C.; GUISANTE, T. C. C. A.; CARDOSO, A. M. Adolescentes em conflito com a lei e a vulnerabilidade para IST/HIV/AIDS: conhecimentos e vivências. **Rev. Enferm Atenção Saúde**, v. 7, n. 2, p. 95-108, ago./set. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/2384/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SOBRAL, P. H. A. F. **Educação em saúde no cuidado a mulheres sob o olhar de profissionais da atenção básica**. 2016. 167 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20216/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_%20Enf_%20Priscylla%20Helena%20Alencar%20Falc%c3%a3o%20Sobral.pdf. Acesso em:

SOUSA, L. M. M. *et al.* A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Rev. Investigação de Enfermagem**, p. 17-26, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321319742>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, F. F. S. **Uso de oficinas como estratégia de promoção da saúde com idosas de um grupo de convivência**. 2019. 72 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10461/1/Fernanda%20Figueiredo%20de%20Souza%20e%20Souza.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SOUZA, G. C.; CABRAL, K. D. S.; LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240/3563>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SPINDOLA, T. *et al.* Práticas sexuais, conhecimento e comportamento dos universitários em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **J. res.: fundam. Care**, v. 11, n. 5, p. 1135-1141, out./dez. 2019.

TEIXEIRA, M. M. S. **Prática de educação em saúde no contexto do cárcere feminino na região do Cariri**. 2017. 108 p. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017.

XAVIER, L. D. A. *et al.* Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 11, n. 7, p. 2743-2750, jul. 2017.

Data do recebimento: 31 de agosto de 2020

Data da avaliação: 12 de dezembro de 2020

Data de aceite: 14 de dezembro de 2020

1 Acadêmica do curso de Enfermagem pela Universidade Tiradentes – UNIT; Fisioterapeuta.

E-mail: ulimonteirocs@gmail.com

2 Mestre em Saúde e Ambiente; Enfermeira; Professora do Departamento de Enfermagem da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: hendyara-carvalho@hotmail.com

